

Entre lucidez e paixão

João Medina, *Salazar, Hitler e Franco: Estudos sobre Salazar e a Ditadura*, Lisboa, Livros Horizonte, 2000, 308 páginas, com ilustrações

1. Situado pelo autor na linha de dois livros seus saídos há mais de vinte anos¹, fruto de uma vontade de «compreender a natureza íntima e original» do regime salazarista, o livro em epígrafe — compilação de estudos sobre o mesmo tema que desde então em vários lados publicou — constitui realmente um prolongamento desses, animado como eles pela «preocupação de evitar amálgamas injustificadas e confusionalistas com outros regimes [...] ligados (ou afins...) ao fenómeno fascista coevo». E, com efeito, o dito amálgama não afecta as imagens e a ideia que do salazarismo João Medina nos propõe, sempre guiado pelo afã de «sublinhar o que na nossa experiência ditatorial havia de específico». Tenho estado a citar as «duas palavras de apresentação» da obra em apreço², cujo título é enganador, como adiante se verá, e cujo centro e prato forte consiste num longo capítulo de cerca de cento e trinta páginas sobre a ideologia e a mentalidade do salazarismo³, precedido por dois outros, muito mais breves — um «Sobre as direitas em Portugal, do liberalismo ao Estado Novo», o outro acerca de «Salazar, chefe e ideólogo do Estado Novo»⁴ —, e reforçado por um ensaio de «iconologia histórica sobre as representações do ditador português na caricatura, na pintura e na escultura»⁵. Da primeira parte (que ocupa bons dois terços da obra)

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

¹ V. João Medina, *Salazar em França*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1977, e *Salazar e os Fascistas*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1978.

² V. João Medina, *Salazar, Hitler e Franco*, pp. 13 a 17.

³ «Deus, Pátria e Família», ideologia e mentalidade do salazarismo, *op. cit.*, pp. 151 a 184.

⁴ V. *Salazar, Hitler e Franco*, cit., pp. 21 a 31 e 33 a 50, respectivamente.

⁵ V. «As imagens de Salazar», *op. cit.*, pp. 185 a 212.

ainda consta um breve capítulo dedicado às estranhamente escassas referências dos diários de Miguel Torga à pessoa e à obra política do antigo presidente do Conselho⁶. Da segunda parte, chamada «Salazar e Franco», e da terceira — «Salazar e Hitler»⁷ — é que saiu o título principal, enganador, como disse, não tanto por essas partes ocuparem, somadas, pouco mais de uma décima parte do livro, como pelo que nelas se contém. Ora vejamos.

2. Começando a preencher uma lacuna, as páginas em que João Medina compara os dois chefes ibéricos esboçam um primeiro catálogo das semelhanças e das diferenças entre eles (e entre os respectivos regimes), recheado de observações, ora manifestamente pertinentes, ora merecedoras de discussão, muitas vezes apoiadas por saborosas citações de gente bem colocada para sobre o assunto se pronunciar. Com formações, mentalidades e carreiras tão diversas quanto o podem ser as de «um *clerc* de cepa clerical enxertada na videira académica» e as de um militar escassamente letrado precocemente endurecido pela guerra em Marrocos — tendo-se um deles lançado à conquista armada do poder político e recebendo o outro esse poder das mãos da tropa (que o tomara sem ter de fazer fogo) para logo se empenhar na tarefa de a subordinar ao seu magistério civil —, os dois homens não tiveram em comum apenas «um mesmo fundo nacionalista, conservador e tradicionalista», suporte do autoritarismo que ambos cultivaram, bem como da pertinaz aversão que dedicaram «ao parlamentarismo, aos partidos, ao sufrágio popular». Segundo João Medina, eles também foram «surpreendentemente semelhantes na timidez, na reserva, no horror ao palavreado» e enquanto cultores de uma impenetrável retranca, chame-se-lhe galega ou beirã: Salazar quase nunca se descosia e de Franco disse José Maria Péman que ninguém melhor do que ele soube calar-se, em Espanha... Mas o retraimento de Salazar levou-o a permanecer sempre «um homem fechado, distante mesmo quando afável [...] homem de gabinete, algo misantrópico [...] com] horror à multidão [...] e ao clamor da turbamulta» mesmo quando esta o aclamava; e dirigindo o Estado como que «a partir de uma cela de um convento de clausura»⁸. Já Franco terá sabido, como disse um embaixador norte-americano, «combinar o estilo espartano com a pompa real», tendo a sua personalidade — acrescenta Medina — «um lado carismático e algo exibicionista» que (não se vislumbrando em Salazar) rimou com os lances mais hiperbólicos do culto da personalidade do caudilho, posto a par do Arcanjo Gabriel, do Cid e de Carlos Magno, entre muitas outras figuras, como as de Carlos V e Filipe II, caudilho esse de cujo sorriso se ousou dizer que manifestava «ao mesmo

⁶ V. «Torga e Salazar», *op. cit.*, pp. 213 a 223.

⁷ V. *op. cit.*, pp. 227 a 243 e 249 a 263, respectivamente.

⁸ Esta última observação é de R. Bova Scoppa, diplomata que representou a Itália fascista em Lisboa (v. Medina, *op. cit.*, p. 233).

tempo ternura maternal e paternal» e que fazia lembrar «o manto da Virgem estendido sobre os pecadores». Mas adiante.

João Medina atribui estes excessos propagandísticos franquistas à onda de «cruzada» na crista da qual o general virou generalíssimo; e, assinalando a «desproporção entre a grandeza do mito e a mesquinhez da pessoa», relaciona-os com «o lado mais abertamente mobilizador e autenticamente fascista do regime de Franco, sobretudo na fase da guerra civil [...] e, ainda que atenuadamente, nas fases subsequentes». Que em Espanha se cultivou a imagem de «um herói redentor e messiânico, mais afim à estética do fascismo europeu», eis o que extrai da contemplação do Franco a cavalo de Frutuoso Orduña, dos inúmeros monumentos aos caídos da guerra civil, a começar pelo do famoso Vale, ou do retrato do caudilho «de botas e esporas» segurando a bandeira espanhola, [de] camisa azul aberta sobre o peito», ou da pintura mural de R. Meruvia no Arquivo Histórico Militar de Madrid. Nada disso em Portugal, onde «Salazar cultivou um modelo público muito pouco fascista, antes interiorizado e intimista, evitando tudo o que fosse hiperbólico ou multitudinário, traindo assim uma ‘retranca’ muito sua, bastante clerical», devida, quiçá, a um «cepticismo com laivos de misantropia» ou então a «uma certa timidez de orgulhoso que sabe que as multidões são esquivas e volúveis...». Fosse pelo que fosse, certo é que «o ditador luso não favoreceu o culto da personalidade segundo o modelo cénico e propagandístico dos fascismos [...] antes revelou uma curiosa e até estranhíssima fobia em ser iconizado em praças públicas», tal como não gostou dos retratos que dele pintaram Eduardo Malta, Henrique Medina e Dordio Gomes⁹. Noutro capítulo — o já citado, «As imagens de Salazar» — o nosso autor analisa mais pormenorizadamente esses retratos, bem como os «Salazares» esculpidos por Francisco Franco e Leopoldo de Almeida, salientando: à uma, o carácter «interiorizado e pensativo» do busto executado pelo primeiro em 1934, que, «de tão copiado, acabaria por se tornar uma espécie de ícone oficial do regime»; à outra, o facto de a estátua de corpo inteiro, enorme, devida ao mesmo escultor¹⁰, ter ficado confinada num pátio interior do Palácio Foz; enfim, o «curioso pudor» do regime salazarista, que não encheu o país «de representações escultóricas do tirano» e mais recatadamente preferiu representá-lo em gabinetes dos ministérios e repartições públicas «em foto emoldurada, visto geralmente de perfil, já que era deste jeito que Salazar mais gostava de ser representado, a avaliar pela abundância das fotografias e postais que assim o apresentavam...»¹¹. No espaço de uma breve nota de

⁹ V. *op. cit.*, pp. 235 a 238.

¹⁰ Quanto à estátua de Leopoldo de Almeida — «muito tardia [...] posta em Santa Comba Dão em 1965» e na qual Salazar figura sentado, numa pose evocando a da célebre estátua de Lincoln —, v. *op. cit.*, p. 198.

¹¹ V. *op. cit.*, pp. 196-198.

leitura não cabe dizer muito mais sobre este capítulo iconográfico e iconológico. Mas registre-se o seu carácter inovador¹² e o seu interesse.

Retomando o fio do discurso comparativo, e contemplando agora o desenvolvimento, no após-guerra, dos regimes franquista e salazarista¹³, J. Medina insiste na maior capacidade de adaptação às circunstâncias de que o primeiro terá dado provas, ao «descolar a tempo dos seus dogmas corporativos», lançando-se, sobretudo a partir da década de 60, «nas vias de um notável desenvolvimento económico». Medina atribui essa maior capacidade ao facto de o generalíssimo ser «um homem pragmático, não um doutrinário nem um ideólogo», um homem de cuja política pode dizer-se que «consistia em não ter política». Na verdade, se Franco, como quer o nosso autor (na esteira aqui de Juan Pablo Fusi), era desprovido de verdadeiro pensamento político, segue-se que, quando decidiu «pôr em prática um semiliberalismo que modernizou a burocracia [...] e favoreceu o desenvolvimento industrial», nenhuma sólida amarra interior o prendia ao dito corporativismo (no qual o nosso autor admite que Salazar tenha depositado alguma fé), como antes o não prendera ao fascismo. E o mesmo se diga do colonialismo: Medina repara em que «o africanista Franco condescendeu relativamente cedo em desprender-se das ilusões imperiais», enquanto Salazar, «que nunca esteve em África [e] nada sabia no fundo, deste continente [...] se aferrou com diamantina pertinácia e autista teimosia aos dogmas imperialistas, recusando-se a descolonizar». Eis o que «havia de hipotecar gravemente o futuro (do Estado Novo) e roubar-lhe qualquer oportunidade de se modernizar e liberalizar a sério». Noutra passagem diz ter sido a tendência colonialista a causa que, «em grande parte», levou o salazarismo «a esquivar-se à relativa e gradual liberalização económica e política a que se entregava a Espanha». Uma Espanha onde Franco, tendo desencadeado o desenvolvimento — e restaurado a monarquia, nova diferença crucial —, logrou, «ao contrário de todos os outros tiranos da História [...] uma transição pacífica que trouxe a sua nação de volta aos limiares da reconciliação e da criatividade. É um final fantástico». Aceitando esta sentença de Georges Steiner sob reserva de se tomar em conta «o colossal passivo humano e cultural» do regime franquista, João Medina conclui declarando a comparação entre os dois regimes «acabrunhante» para o salazarismo, que, a seu ver, deixou Portugal «miserável, hipotecado, arruinado, em guerra colonial com três países», numa apagada e vil tristeza que «levaria anos a fio a curar». A seu ver, o Portugal salazarista, por causa sobretudo da intransigência em matéria colonial, foi perdendo cada vez mais a possibilidade de trilhar um caminho semelhante ao da Espanha, apesar de o ter encetado «muito antes, desde que em plena guerra fizera oportunas e calcu-

¹² Saiu primeiro no n.º 16 (Janeiro-Junho de 1995) da revista *Isleña*, publicada no Funchal.

¹³ V. *op. cit.*, pp. 239 a 243.

ladas cedências aos Americanos e Ingleses nos Açores». E foi sendo arrastado «para um impasse a que só os militares sublevados em Abril de 1974 poriam fim».

Ao terreno desta conclusão — que se me afigura simplista e em boa parte dependente de uma ideia errada do que foram o pensamento e a acção de Salazar em matéria de desenvolvimento sócio-económico — ainda terei de voltar. Mas aqui, para encerrar esta resenha da comparação com Franco, concordarei com João Medina quando ele previne os leitores de que o respectivo capítulo, além de inovador, é «sumário e até elíptico». A sua parte mais sólida diz respeito às diversas relações dos regimes ibéricos e dos respectivos chefes com o fascismo e deve ser encarada como útil complemento do prato forte da obra, que tem por objecto o entendimento da ideologia e do regime salazaristas. Mas, tratando-se de uma análise perfunctória, talvez só conveniências comerciais tenham levado o editor a dar a Franco honras de título. E o mesmo deve dizer-se quanto à promoção de Hitler.

Com efeito, a parte terceira — «Salazar e Hitler» — contém, como a anterior, um só capítulo, esse sim correctamente intitulado «Salazar na Alemanha: acerca da edição de uma antologia salazarista na Alemanha hitleriana»; edição essa (de 1938) que, tendo resultado «do escrupulo de documentação ideológica do pessoal diplomático hitleriano, e não de um desejo de tornar conhecida a ideologia do Presidente do Conselho», mereceu de Goebbels uma «curtíssima introdução», de mera cortesia (integralmente traduzida em três linhas e meia do livro de João Medina), e de Salazar uma «prudente» apresentação, onde toma o cuidado de salientar que, oriundas da lusa consciência nacional, as suas ideias não copiavam servilmente quaisquer estrangeiras. Do próprio Hitler pouco consta neste capítulo, que se abstém de encetar uma comparação semelhante à do anterior. A referida antologia, que terá constituído «uma habilidosa germanização do pensamento de Salazar» (dela quedando excluídos, por exemplo, os discursos anti-nacionalsindicalistas do antologado) foi prefaciada pelo germanófilo professor Gustavo Cordeiro Ramos¹⁴, que insiste em pôr Salazar, Hitler e Mussolini no mesmo altar, prosternando-se perante três «verdadeiros heróis na concepção de Carlyle». Medina, claro está, não embarca nesta devoção: chama a Cordeiro Ramos «hitlerófilo de serviço», achando-o «estabanado», isto é, estouvado ou doidivasas; salienta o quanto Salazar recebeu «que Hitler germanizasse a Europa», impondo-lhe — diz, citando o chefe do governo português — «um neopaganismo de fundo místico e racista [...] contrário às nossas tradições romanas e católicas»; aproxima o regime salazarista do austríaco do chanceler Dollfuss, assassinado pelos nazis; e, no plano das etéreas visões

¹⁴ Cordeiro Ramos foi duas vezes ministro da Instrução Pública (1928-1929 e 1930-1933) e depois presidente do Instituto de Alta Cultura.

doutrinárias, acalenta sim, visivelmente deliciado, a arriscada ideia de que Salazar manifestou «falta da informação mais elementar» ao pretender que o *Führer* (nado e criado numa família e num país católicos) foi «sequaz de Lutero», bem como ao ver no nazismo (cujos principais dirigentes «eram quase todos de cepa católica») um derradeiro avatar «da heresia iniciada com o truculento monge alemão». E eis quase tudo o que de Hitler pode ler-se no capítulo em questão. É verdade que a sua sombra perpassa frequentemente nos outros, mas o mesmo acontece com a de Mussolini, cujo nome não figura na capa... Convém começar precisamente pelas paragens do *duce* o exame dos principais.

3. Neste estudo de João Medina «sobre Salazar e a ditadura», o objecto principal como que oscila. E assim:

- a) *Por um lado*, o autor, tendo previamente esclarecido que pretendia «estudar o salazarismo enquanto tal e não o Estado Novo como totalidade sinérgica de forças, ideologias, correntes ou grupos sociais»¹⁵, declara ser seu intuito «apenas o de captar a essência da ideologia e da mentalidade» do dito, considerado «no seu período de formação e cristalização»¹⁶. E, de facto, é isso o que sobretudo procura fazer, em eruditas páginas, recheadas de longas e esclarecedoras notas, que contribuem para introduzir o leitor nos assuntos versados: *à uma*, nos meandros da trilogia «Deus, Pátria e Família»¹⁷, merecendo especial menção o parágrafo relativo ao «lar salazarista» e à sua plástica interpretação por Martins Barata, bem como o dedicado à «casinha portuguesa» e ao ideal proclamado pelo soneto de Plantin; *à outra*, na compreensão do autoritarismo salazarista, analisado a partir de declarações do próprio Salazar e de outros textos¹⁸, entre os quais avultam o *Decálogo do Estado Novo*, de João Ameal, e o relatório preliminar da Constituição de 1933, presumivelmente redigido por Quirino de Jesus, intelectual e político em quem Medina (na esteira de outros, como Rolão Preto) vê o «mentor oculto» e o «cornaca» do chefe do regime nascente¹⁹; e, *enfim*, no confronto entre esse mesmo autoritarismo «organicista, católico e conservador»²⁰ e totalitarismos coevos, com os quais o não confunde: antes seguindo a lição de Juan Linz de que o

¹⁵ V. *op. cit.*, p. 91.

¹⁶ V. *op. cit.*, p. 132.

¹⁷ V. *op. cit.*, pp. 59 a 81.

¹⁸ V. *op. cit.*, pp. 81 a 133.

¹⁹ Sobre Quirino de Jesus, v. *op. cit.*, pp. 92-93 e 107.

²⁰ V. *op. cit.*, pp. 133 e segs.

poder autoritário se exerce sempre «dentro de certos limites mal definidos mas na verdade bastante previsíveis» de modo a nunca eliminar por completo o pluralismo político²¹; e invocando oportunamente autores como Hermann Rauschning, Zbigniew Brzezinski e Franz Neumann, que atribuem aos movimentos realmente totalitários certos traços (revolucionarismo niilista, purga permanente, tendência a destruir o direito e o Estado...) que deveras os situam nos antípodas daquilo que o salazarismo foi. A propósito, deve desde já dizer-se que Medina considera o fascismo italiano um totalitarismo, emparelhando-o com o nazismo — enquanto «casos extremos» de um «dirigismo caudilhista e violentista» de direita, análogo ao estalinismo, caso extremo de esquerda²². Eis o que me parece defensável tão-só no plano ideológico e em se contemplando sobretudo o originário movimento fascista subversivo (anticatólico, antimonárquico e antiburguês) recheado de socialistas revolucionários e de anarco-sindicalistas e cultor de uma sistemática violência, que Salazar repudiava, tal como repudiou os transalpinos e germânicos frenesins mobilizadores, pois pretendia que os Portugueses vivessem «habitualmente», e acariciava a ideia de criar um Estado tão forte que não tivesse de ser violento, Estado esse limitado pela moral e pelo direito, muito distante do mussoliniano «*stato* totalitário». Ora João Medina refere-se largamente a tudo isto — e recorda a luta implacável de Salazar contra os nacional-sindicalistas «camisas azuis» de Rolão Preto — quando contrapõe ao fascismo totalitário e pagão o luso autoritarismo, no qual descortina uma forma de católico «tomismo político». Acompanhando-o nesta última observação²³ e reconhecendo até que, *ideologicamente falando*, os Estados enaltecidos por Salazar e por Mussolini não pertencem à mesma espécie (outra questão é a de saber se o totalitarismo estatal do *duce*²⁴ era intimamente compatível com os de Hitler e de Estaline, concentrações de desconfinado poder tendentes à destruição do Estado...), tenho de notar, todavia, que a definição do salazarismo de J. Medina extravasa largamente do plano ideológico, suscitando-me, ao fazê-lo, grandes objecções. Mas com isto estamos a chegar ao ponto seguinte.

²¹ V. Juan Linz, «An authoritarian regime: Spain», in *Cleavages, Ideologies and Party Systems*, org. por E. Allardt e Y. Littum, Helsinki, Academic Bookstore, 1964, p. 297. É Medina quem cita (v. *op. cit.*, p. 41).

²² V. *op. cit.*, p. 90.

²³ Sobre «tomismo político», v. *op. cit.*, pp. 68-69, 72-73 e 80-93.

²⁴ O do *duce*, note-se (e de homens como Giovanni Gentile), que não o latente no originário movimento fascista, cujo anarco-sindicalismo não era propício à exaltação do Estado. O próprio Mussolini só se declarou totalitário quando, chegado ao poder, já começava a estruturar o seu regime.

b) *Por outro lado*, João Medina, contrariando o seu voto de se concentrar em questões de ideologia e mentalidade, também se propõe «definir o Estado Novo na fase da sua criação e consolidação»²⁵; e fá-lo no mesmo ensaio (cap. III) em que tal voto figura. Mas também se dá a esse trabalho no capítulo anterior, em que Salazar já é, além de ideólogo, chefe em acção. Referir-me-ei doravante a estes dois escritos como se fossem um só, sem distinguir a cada passo o que a um e ao outro pertence: deles constam, é certo, diversas definições do regime salazarista (diferentes, designadamente, no que à *vexata quaestio* do fascismo diz respeito), mas inscritas na mesma *démarche*, sem que entre elas se manifestem incoerências profundas. São sucessivas aproximações de uma realidade ambígua e, como ele próprio diz, «difícil de arrumar»²⁶. Mas vamos por partes.

Quanto ao fascismo, a ideia mais forte que da leitura destes capítulos (e dos seguintes, sobretudo do da comparação com Franco, v. *supra*) se retira é — para já não falar na figura doutoral e quase monástica de Salazar, em tudo oposta à de um autêntico *condottiere* — a de que, em última análise, o regime salazarista não deve ser considerado fascista. Na mais desenvolvida das definições em apreço, Medina acha-o «um regime autoritário, antiliberal e anti-socialista, católico e ruralista, um paternalismo ríspido e retrógado ainda que subtilmente apostado em camuflar as suas arestas mais repressivas [...]»²⁷. Para ele, o Estado Novo — «lugar geométrico de todas as direitas nacionalistas»²⁸; vagarosamente edificado, com notável «tacto clerical», em obediência a uma metodologia empirista, cínica, jesuítica, meticulosa e fria²⁹ — foi um regime ecléctico no qual pode ver-se um «republicanismo conservador monárquico» como um «integralismo republicano»³⁰ e que ao eclectismo ficou em grande parte a dever a sua capacidade de durar³¹; regime esse que, sucedendo a um sistema parlamentar «exausto, exangue, inviável e desacreditado»³², expeliu do seu seio os verdadei-

²⁵ V. *op. cit.*, p. 108

²⁶ V. *op. cit.*, p. 40.

²⁷ V. *op. cit.*, p. 42.

²⁸ V. *op. cit.*, p. 29; v. também a pp. 39-40 a enumeração dessas direitas, «componentes político-ideológicas do meticoloso e lento edifício começado a erguer por Salazar desde 1930». Foram elas o franquismo, o anti-liberalismo nacionalista («neomiguelistas arqueológicos», por um lado, integralistas lusitanos, por outro), o conservadorismo republicano e o nacional-catolicismo.

²⁹ V. pp. 108-109.

³⁰ V. *op. cit.*, pp 39-40 e 91.

³¹ V. p. 52. Eclectismo esse que, promovido por Salazar, «não excluía nitidez ou clareza de propósitos estratégicos» (v. p. 136).

³² E dirigido em geral — diz — por «estadistas pífios, aventureiros, estouvados, frívolos ou exaltados reformistas sem senso nem prudência...» (v. *op. cit.*, pp 133 e 136).

ros fascistas portugueses e ostentou vincados traços que aos do fascismo autêntico ponto por ponto se opunham: antitotalitarismo; antiestatismo e economia da violência; antipaganismo e vinculação a uma moral de raiz católica; antimodernismo e antifuturismo³³; imobilismo ruralista, adverso ao desenvolvimento sócio-económico e muito especialmente à industrialização³⁴; escassa apetência (e capacidade) mobilizadora; e irrelevância do partido único, reduzido a uma «monotonia inglória»...³⁵. É verdade que, logo após ter formulado a descritiva definição acima citada³⁶, o nosso autor admite que o regime acabado de definir seja um «fascismo de cátedra» — como lhe chamou Miguel de Unamuno³⁷, ou «um fascismo cauteloso, manhoso e envergonhado». Noutra passagem, Medina convoca Serrano Suñer, que, referindo-se ao salazarismo, lhe chamou «fascismo esvaído, frio, cauteloso e modesto»³⁸; e noutra ainda reconhece a superveniência de uma «fascização pontual [...] inegável concessão táctica entre 1936 e 1940»³⁹. Mas tudo isto parece apontar muito mais para outros dois conceitos que ao reflectir sobre a dita definição evoca⁴⁰: o de «pseudofascismo», se a fascização não passou de táctica; ou então o de «semifascismo», se foi débil... Regime fascista a sério, na ocidental praia, é que não: a páginas tantas⁴¹, João Medina, depois de zurzir a «facilidade jornalística adoptada por alguns pseudo-historiadores apressados» que definem a ditadura de Salazar como fascista, apesar da «figadal antipatia do regime pelo fascismo propriamente dito», manifesta o seu apreço por Zev Sternhell, de acordo com o qual «as experiências do Fascio só triunfaram em países onde a direita tradicional, conservadora e anti-revolucionária, não era forte»; e declara expressamente que o caso português constituiu «uma interessante demonstração dessa tese».

Se alguma dúvida sobejasse de que, para o nosso autor, o salazarismo — considerado enquanto regime — não cabe no fascismo, ao qual terá feito meras concessões tácticas, pontuais e circunstanciais, que não manifestaram nem produziram qualquer profunda afinidade política, este enquadramento teórico dissipá-las-ia. E, à primeira vista, a tese de Sternhell é sedutora:

³³ V. *op. cit.*, pp. 70 e 110-111.

³⁴ V. *op. cit.*, pp. 68-69, 71, 83-84 e 102.

³⁵ V. *op. cit.*, pp. 143 e segs.

³⁶ V. *op. cit.*, de novo p. 42.

³⁷ Também lhe chamou «ditadura bíblico-escolástica», ou «académico-castrense» (v. *op. cit.*, pp. 42 a 51), e no mesmo sentido se pronunciou Rolão Preto, para quem Salazar foi um «ditador catedrático» (v. *op. cit.*, p. 114).

³⁸ V. *op. cit.*, p. 40.

³⁹ V. *op. cit.*, p. 125.

⁴⁰ V. *op. cit.*, de novo p. 42.

⁴¹ V. *op. cit.*, pp. 54-55.

intelectualmente sedutora devido ao grão de verdade que contém, sendo inegável que em vários países as direitas tradicionais, mais ou menos conservadoras, barraram o acesso de subversivos movimentos fascistas; e sedutora politicamente, ao absolver muita gente e sobretudo importantes instituições (das forças armadas à Igreja e a uma parte da maçonaria⁴²) de responsabilidades no advento e na permanência de algo que afinal não existiu... Por isto ou por aquilo — e também por compreensível reacção a indiscriminadas identificações do Portugal de Salazar à Itália de Mussolini, para já não falarmos na Alemanha nazi —, certo é que interpretações como a de Medina têm hoje o vento em popa, predominando largamente nas discussões académicas. Mas não são satisfatórias. Ora vejamos.

Regressando à tese de Sternhell, talvez a sua sedução se esfume ao repararmos em que a rigorosa aplicação dela tende a excluir da família fascista o paradigmático regime mussoliniano: pois não parece que, bem vistas as coisas, as ditas direitas tradicionalistas tenham sido em Itália muito mais fracas do que em Portugal. Com efeito, Mussolini, para chegar ao poder e nele se consolidar, teve de lhes fazer enormes concessões: conservando uma monarquia que lhe escapava; subordinando a sua milícia a um exército que jurou fidelidade ao rei; celebrando com a Santa Sé uma concordata a vários títulos mais favorável à Igreja do que a «portuguesa»; sufocando os primitivos ímpetus sindicalistas do fascismo no quadro de um corporativismo cada vez mais aberto às exigências do capital; e atestando o seu partido de pessoal político conservador: partido esse que, submisso ao Estado e mais precisamente ao chefe do governo, traiu copiosamente os princípios ou os ideais (antimonárquicos, anticatólicos e anticapitalistas ou pelo menos antiplutocráticos) do originário movimento fascista. Contra tudo isto protestaram em vão durante vinte anos os fascistas puros, mas foi este o preço da transformação do fascismo em regime constitutivo e representativo de uma aliança nacional; e foi este o Mussolini — «grande oportunista da acção», fautor de um regime eclético unificador das direitas, como o do *Estado Novo*⁴³, e cujo empirismo pedia meças ao seu — que Salazar sinceramente admirou: dele esperando uma autoritária e não totalitária estabilização da política transalpina e procurando persuadi-lo de que não devia entrar numa guerra em que mesmo

⁴² Medina observa (v. *op. cit.*, p. 242) que Salazar, ao contrário de Franco, nunca se ocupou dela (maçonaria) nos seus discursos nem tendeu a «sério em ver nela uma das figuras da Besta». Mas acrescenta, não obstante, que ele a detestava, «tendo-a até proibido até 1935», deixando escapar o papel decisivo que a maçonaria antijacobina desempenhou na fundação do Estado Novo, de cujo bloco constituinte fez parte — e não só no golpe de 28 de Maio e na ditadura militar dele resultante. Sobre esse papel, v. M. Lucena, entrada «Salazar», in A. Barreto e Maria Filomena Mónica (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. IX, Figueirinhas, Porto, 2000, pp. 331 e segs. e 340 e segs.

934 ⁴³ Sobre isto, v. *op. cit.*, pp. 27 e 52.

a vitória do Eixo, propícia à germanização da Europa, lhe seria no fim de contas fatal... Ao tempo da criação e consolidação do regime salazarista — que só ficou perfeito em 1940, com a assinatura da Concordata, praticamente coincidente com a queda da França, tentação à qual o *duce* não resistiu... — o regime italiano tinha atrelado solidamente o partido ao Estado e mais precisamente ao chefe do governo, havendo quem lhe chamasse mussoliniano maliciosamente para sugerir o quanto o *duce* se afastava do originário fascismo...; e desviara para aventuras externas (Etiópia, Abissínia) o militantismo fascista, tornando-se, no plano interno, cada vez mais respeitável, porque mais comprometido com os velhos *establishments*: político, militar, eclesiástico, económico, administrativo...

Salvo erro, que não vislumbro, é com este regime em vias de moderação e estabilização, e não com o movimento que o precedeu, mas foi por este alterado (nem com a República de Saló que se lhe seguiu, protectorado alemão), que temos de comparar o regime salazarista, para saber se entre eles prevalecem as semelhanças ou as diferenças. Quanto a mim, a balança inclina-se nitidamente para o lado das primeiras: foram, a meu ver, dois regimes nacionalistas — e colonialistas ou «imperiais»⁴⁴ —, ambos autoritários (e não totalitários, pese às pomposas veleidades mussolinianas⁴⁵), praticantes de um corporativismo de Estado (malgrado as teóricas preferências associativistas do nosso), animados por análogas paixões negativas (antiliberais, antiparlamentares, anticomunistas...) e governados por déspotas indiscutíveis, mas constitucionalmente dependentes de chefes de Estado, superiormente legitimados⁴⁶, cujos poderes não eram, em momentos críticos da vida política, nada formais: Vítor Manuel derrubou Mussolini em 1943 e Salazar não temeu apenas o primeiro Carmona... Acrescentem-se agora outras afinidades estruturais e funcionais: a censura, a polícia política, a Previdência, a Alegria no Trabalho (em Itália *Dopolavoro*), as organizações juvenis... Não posso retomar aqui por extenso a demonstração de que o regime de Salazar foi «um fascismo sem movimento fascista»⁴⁷, alheio ou até hostil à primitiva inspiração mussoliniana e, não obstante, fator de um quadro institucional parecido, como não houve

⁴⁴ V. M. de Lucena, «Nationalismi impérial et union européenne», in *Arquivos*, vol. XL, «L'Europe des nations», (Lisboa/Paris, Centro Cultural Gulbenkian, 2000, pp. 67 a 91.

⁴⁵ Por um lado, o fascismo teve de partilhar efectiva e duramente poderes: com a Coroa, com a Igreja, etc.; por outro lado, o próprio conceito de «totalitarismo de Estado» é incompatível com o de um poder realmente ilimitado, como os de Hitler e Estaline.

⁴⁶ Pela eleição popular num caso, pela tradição dinástica no outro.

⁴⁷ V. M. de Lucena, *O Salazarismo*, Lisboa, Ed. Perspectivas e Realidades, 1976, e *O Regime Salazarista e a Sua Evolução*, Contemporânea Editora/Câmara Municipal de Matosinhos, 1995. Curiosamente, João Medina não discute a distinção entre fascismo-movimento e fascismo-regime, apesar de a estima manifestada na bibliografia que fornece aos leitores (*op. cit.*) se limitar às obras mais marcantes — em que tem Renzo de Felice.

outro, com o italiano e promotor de uma política tão afim, nas suas grandes linhas, da do *duce* que o presidente do Conselho português continuou durante algum tempo a querer recuperar uma Itália já beligerante para o seu projecto de bloco latino e latino-americano neutral, abençoado por Pio XII, onde, além dele e de Mussolini, brilhariam Franco, Pétain e Getúlio Vargas... Pode-se discordar desta visão, e João Medina discorda, apesar de ela parecer esboçar-se com certa frequência no seu discurso, quando fala de fascismo catedrático e frio, de semifascismo ou de fascização pontual... Mas já me não parece que se possa arrumar a questão sem comparar muito atentamente os dois *regimes*, coisa que ele, ao longo de todo este livro, nunca faz. Demonstra sim, até à saciedade, a distância ideológica entre eles, como se não soubesse (hipótese inverosímil) que em Mussolini a ideologia foi, frequentemente, um verbo de encher⁴⁸.

4. Esta recensão já vai longa, mas não quero terminar sem referir brevemente outro aspecto da definição do regime salazarista proposta por Medina, com o qual também não estou de acordo: regime conservador sim, paternalista também, e sem dúvida de um autoritarismo «ríspido», embora «apostado em camuflar as suas arestas repressivas mais evidentes». Mas — bem sabendo embora que no seu seio teve curso o elogio da «modesta casinha portuguesa [...] de gente pobrete mas alegrete» — não creio que proceda acusá-lo de ser «imobilista e arcaizante», «renitente a toda a modernidade» nem dizer que viu no corporativismo um instrumento apropriado ao desígnio de «gelar a vida económica», procurando arredar Portugal de todo o progresso, opondo-se à sua industrialização e cultivando o ideal de uma sociedade «sem fábricas, sem sindicatos, sem jornais e sem electricidade»⁴⁹. Com este libelo destemperado rimam, por um lado, a afirmação⁵⁰ de que «realizações alegadamente desenvolvimentistas e tecnologicamente modernas», como as devidas a Duarte Pacheco, «empreendedor tenaz e isolado cujas iniciativas Salazar autorizou e até acarinhou», mais não constituíram do que «um progressismo aparente ainda que faraónico», tão irreal como os fogachos modernistas consentidos a António Ferro; e, por outro lado, as investidas contra António José Saraiva, repetidamente censurado pelo nosso autor, em termos nada amenos⁵¹, por ser confesso admirador da prosa de Salazar, que compara à dos nossos clássicos do século XVII. A propósito, Medina mostra-se certo de que Salazar foi homem de «pouca cultura [...] limitada aos

⁴⁸ Em matéria de totalitarismo e não só. No plano interno, o culto da violência cedo foi posto de parte no quadro de um Estado fascista afeiçoado por juristas e onde a pena de morte (máxima violência legal) foi muito pouco usada...

⁴⁹ V. *op. cit.*, pp. 42-53, 68-69, 83-84 e 106.

⁵⁰ V. *op. cit.*, p. 70.

⁵¹ V. *op. cit.*, pp. 127-155.

padres da Igreja, às encíclicas, às escrituras, alguma literatura da contra-revolução e uns quantos tratadistas conservadores [...] além dos da ciência que ensinou em Coimbra». Mas não empreende a demonstração disto — parecendo animado por uma paixão simétrica à de Franco Nogueira quando este, na sua biografia, nos pinta um jovem Salazar, cultíssimo, íntimo conhecedor de uma série de autores que o biografado citou num apologetico artigo apenas para dá-los como exemplos de grandes homens que acreditaram em Deus...⁵² —, tal como não empreende a demonstração de que, no domínio sócio-económico, Salazar foi deveras reaccionário e não só um conservador desejoso de que, como disse um dia, a entrada nas fábricas dos «teares mais modernos» não fizesse com que delas desaparecesse «o alegre cantar das raparigas». Eis o que parece dar testemunho de uma vontade de moldar o novo pelo antigo que pode levar a certas travagens no desenvolvimento económico e social, mas não denota (e antes pelo contrário) hostilidade a este último. Ora João Medina despreza por completo todos os projectos reformadores de Salazar, como, por exemplo, os contidos em *A Questão Cerealífera*, ou os do juvenil modernismo pedagógico que o levou a trabalhar, em Viseu, pela introdução em Portugal de uma educação inglesa; e não evoca sequer, para refutá-la, a ideia de que, em matéria de fomento, o salazarismo terá começado por ser uma espécie de segundo fontismo; para já não falarmos, pois cai fora do período em que se concentra, na tese de que o II Plano de Fomento (1953) inaugurou uma fase de visível desenvolvimento económico.

Nestes domínios, João Medina é analiticamente tão escasso e expeditivo quanto abundante e interessado em matizes se nos mostra ao ocupar-se de ideologia. Falei atrás em paixão e creio que ela tem algo a ver com a celeridade processual de certas sentenças sem apelo. Dá o mote a todo o livro uma extensa citação de Fernando Pessoa que, em 1935, achava o «camponês de Santa Comba [...] inteligente sem maleabilidade, religioso sem espiritualidade, ascético sem misticismo», produto de uma «fusão de estreitezas», homem cuja alma «campestremente sórdida [...] só se alargou em pequenez pela educação do seminário, por todo o inumanismo livresco de Coimbra» e pela «especialização rígida» nas finanças⁵³. Terá sido, em suma, «um materialista católico» [...] ateu nato que respeita[va] a Virgem», mas que odiava os sonhadores — não por serem sonhadores, note-se, «simplesmente porque sonhavam» —, faltando-lhe a imaginação, «qualidade primordial» de um chefe. Dando muito que pensar, esta pessoana apreciação inspira visivelmente Medina, que a cita e volta a citar; mas a sua glosa é pobre quando diz de Salazar que ele lia «apenas gazetas bentas», quando o taxa de

⁵² Sobre isto, v. M. Lucena, «Salazar», in *Dicionário de História de Portugal*, cit., vol. IX, p. 318.

⁵³ V. *op. cit.*, p. 11.

jesuítico e «vulpino», ou quando lhe chama «endireita das contas», anticomunista «paranóide», «Estaline de sacristia»⁵⁴, etc.; e descarrila nitidamente quando, em termos de letrada vulgaridade, repetidamente se refere⁵⁵ a uma alegada mancebia do antigo presidente do Conselho, invocando, para dá-la como facto bem assente, declarações tardias (1990) do *chauffeur* de Salazar e, noutra passagem, as memórias de um historiador salazarista que a esse respeito não são claras⁵⁶. Dir-se-ia que toda a sua capacidade para uma abordagem serena ou pelo menos contida da figura de Salazar se esgotou nos trabalhos que o levaram a excluir o carácter fascista ou sequer clérico-fascista⁵⁷ do homem e da obra; ou que foi acometido por uma compulsiva necessidade interior de, apesar disso, dar do chefe do Estado Novo a mais negra imagem, não conseguindo, assim, admitir a existência de qualquer relação entre ele e algum progresso ou modernização do país; tal como não concebe que se diga que escrevia bem. Eis o que não beneficia nem o conteúdo nem a forma do interessante escrito que acabo de recensear.

⁵⁴ V. *op. cit.*, pp. 116-118, 125-127 e 134-145.

⁵⁵ V. *op. cit.*, p. 164 («amancebado com uma doméstica sem letras [...] labrega e submissa») e p. 235 («socorrido... pela fãmula cuja assistência eventualmente ultrapassa a esfera da cozinha ou da lavandaria e pode chegar ao quarto de dormir»).

⁵⁶ V. Medina, *op. cit.*, p. 246 e 284, e Costa Brochado, *Memórias de Costa Brochado*, 2.^a ed., Lisboa, 1987, pp. 137-138, 180 e 184.

⁵⁷ A propósito, v. *op. cit.*, p. 135, onde trata da diferença entre os regimes de Dollfuss e Salazar e se refere a uma galicanização da Igreja católica em Portugal.